



Câmara Municipal de Ouro Branco

PARECER JURÍDICO
TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº10/2024D
PROTOCOLO Nº409605509

RELATÓRIO

Foi protocolado no dia 23 de outubro de 2024, na Câmara Municipal de Ouro Branco o Projeto de Lei nº 10/2024D, de autoria do Executivo, com a ementa "*AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE OURO BRANCO A RECEBER DE EDUARDO FRANCIS QUEIROZ CARVALHO, EM DAÇÃO EM PAGAMENTO, OS BENS IMOVEIS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.* ".

O Projeto de Lei veio acompanhado de justificativa/mensagem.

O presente parecer do setor jurídico da Câmara Municipal de Ouro Branco é uma prática auxiliar para a eficiência e legalidade do processo legislativo sendo feita a análise apenas de aspectos específicos do projeto de lei, como a legística (técnica legislativa) e a regimentalidade (conformidade com o regimento interno), sem adentrar no mérito da constitucionalidade e legalidade, o que é atribuição da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

O papel do setor jurídico, nesse contexto, não é substituir o trabalho da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, mas sim complementá-lo, fornecendo uma análise preliminar que irá auxiliar os vereadores na tomada de decisões mais informadas sobre a forma de tramitação dos projetos de lei.

FUNDAMENTAÇÃO

A presente análise recai sob o Projeto de Lei nº 10/2024D, de autoria do Executivo, com a ementa "*AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE OURO BRANCO A RECEBER DE EDUARDO FRANCIS QUEIROZ CARVALHO, EM DAÇÃO EM PAGAMENTO, OS BENS IMOVEIS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.* ".



Câmara Municipal de Ouro Branco

Em análise preliminar de legística, verifica-se que o projeto submetido à apreciação deste setor jurídico segue as normas de clareza, precisão, ordem regimental e formalidade, características essenciais para a sua adequada tramitação.

A estruturação dos artigos, parágrafos, incisos e alíneas atende aos critérios da Lei Complementar 95/1998, que *“Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”*, deixando o texto do projeto devidamente estruturado em sua técnica.

No que tange à regimentalidade, deve ser assegurado que o projeto de lei tramite em conformidade com o regimento interno da Câmara Municipal de Ouro Branco, assegurando maior transparência e previsibilidade ao processo legislativo, contribuindo para a sua legitimidade e aceitação pública da construção normativa.

In casu, verifica-se que o projeto de lei trata sobre matéria de dação em pagamento em dívida ao que tudo indica referente a IPTU.

Nessa senda, pelas considerações já alavancadas alhures, recomenda-se o início da tramitação do presente projeto de lei pela sua comunicação na próxima reunião ordinária ou extraordinária, quando sugere-se a distribuição deste projeto para as comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças, Orçamento e Tomada de Contas.

Verifica-se que o projeto de lei não tramita sob o regime de urgência, tendo cada comissão o prazo de 10(dez) dias para apresentação de seus respectivos pareceres. Destaca-se desde já que tal prazo pode ser alterado por questões regimentais, como o pedido de vista, pedido de diligência ou alteração regimental de tramitação do projeto de lei.



Câmara Municipal de Ouro Branco

Pela matéria contida no projeto, de acordo com a Lei Orgânica de Ouro Branco e Regimento Interno da Câmara Municipal, o projeto deverá ser apreciado em turno único de votação, em votação aberta simbólica, com o quórum de maioria absoluta.

A presente análise jurídica prévia visa otimizar o processo legislativo, garantindo que os projetos de lei estejam em conformidade com as normas regimentais e com as boas práticas de elaboração legislativa antes mesmo de sua tramitação. Isso previne possíveis entraves futuros, decorrentes de vícios formais ou de tramitação inadequada, que poderiam comprometer a eficácia e a validade das normas aprovadas.

A análise de constitucionalidade e legalidade é prerrogativa da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, o parecer prévio do setor jurídico não invade tal competência, mas sim oferece um suporte técnico essencial para que os vereadores possam cumprir suas funções legislativas de forma mais eficaz e informada.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos aspectos que compete a este setor jurídico, opina-se pela possibilidade do início da tramitação do o Projeto de Lei nº 10/2024D, de autoria do Executivo, com a ementa "*AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE OURO BRANCO A RECEBER DE EDUARDO FRANCIS QUEIROZ CARVALHO, EM DAÇÃO EM PAGAMENTO, OS BENS IMOVEIS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,*" conforme balizas estabelecidas neste documento técnico.

Ouro Branco, 01 de novembro de 2024.
Assinado Digitalmente Por:
Grazielle Aparecida Pereira Ril
Documento: 057.***.***-11
Dra Grazielle Aparecida Pereira Ribeiro
Procuradora Geral da CMOB.

Documento assinado com validade jurídica.



Para conferir a validade, acesse https://municipios.appcidades.com.br/#/autenticidade-documentos?hash=202411012123301730496210577&cidade=ouro_branco_mg&origem=CAMARA e utilize a chave gerada pelos signatários situada no canto inferior esquerdo de cada página.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001



A autenticidade desse documento pode ser conferida através do link, ou pela leitura do QRCode ao lado https://municipios.appcidades.com.br/#/autenticidade-documentos?hash=202411012123301730496210577&cidade=ouro_branco_mg&origem=CAMARA

Documento assinado eletronicamente por Grazielle Aparecida Pereira Ribeiro, em 01/11/2024 às 18:23